



MEMÓRIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 12 de dezembro de 2019

Horário: 10h45

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que, inicialmente, destacou que o ano que se finda é de comemoração, tendo em vista que o Conselho deliberou diversas matérias importantes para o desenvolvimento econômico e social do País.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

De acordo com os termos regimentais, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra à Secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG, Renata Beckert Isfer, que apresentou proposta de resolução cujo teor visa “Instituir o Comitê para Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres”.

Iniciou a apresentação informando que o objetivo é criar um Comitê para aprofundar os estudos da política nacional para fortalecimento da atividade de exploração e produção onshore, no âmbito do Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres - REATE 2020.

Destacou que caberá ao Comitê propor medidas para melhorar as condições de mercado e aumentar a atração de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em terra e em suas cadeias de valor produtivas.

Segundo a Secretária, os resultados a serem alcançados com a criação desse Comitê deverão estar alinhados às diretrizes da Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, disposta na Resolução **CNPE nº 17, de 2017**.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE realizou a leitura da proposta de resolução, passando, em seguida, a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE apresentou a proposta de resolução que altera o Anexo da Resolução nº 14, de 24 de junho de 2019, que aprova o Regimento Interno do CNPE.

Segundo o Secretário-Executivo do CNPE, as alterações foram as seguintes: - Inclusão do Ministro de Estado da Infraestrutura, como Membro efetivo do Conselho; e – Inclusão do §1º-A, que estabelece que o Ministro de Estado de Minas e Energia, Substituto, assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício da função de Presidente do CNPE, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular, passando, em seguida, à leitura da resolução.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando continuidade aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, que apresentou proposta de resolução que “Define o critério geral de garantia de suprimento aplicável aos estudos de expansão da oferta e do planejamento da operação do Sistema Elétrico Interligado, bem como ao cálculo das garantias físicas de energia e potência de um empreendimento de geração de energia elétrica, e dá outras providências”.

Iniciou a apresentação informando que a matéria trata dos novos critérios de garantias de suprimento de energia elétrica, que são baseados nas métricas adotadas para garantir a continuidade do suprimento, mesmo em condições críticas referentes às vazões afluentes dos reservatórios hidrelétricos. Destacou que o tema foi elaborado, ao longo de 180 (cento e oitenta) dias, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MME nº 187, de 2019.

Informou ainda, que as métricas vigentes foram estabelecidas há mais de 10 (dez) anos, quando as variações temporais de oferta e demanda não eram tão relevantes quanto hoje. Ressaltou ainda, a necessidade de buscar novas métricas que permitam acompanhar a evolução do sistema elétrico, trazendo transparência nos requisitos do sistema e eficiência nos investimentos.

Segundo o Presidente, Thiago Barral, com as novas métricas a matriz elétrica passaria a contar com as seguintes vantagens: - Gestão mais eficiente dos recursos ao representar a operação de forma mais detalhada; - Aumentar a aderência entre o planejamento da operação e planejamento da expansão; - Assertividade no direcionamento de expansão que garanta a adequabilidade da oferta; e - Base para desenho dos produtos que irão remunerar os investimentos necessários.

Finalizando, ressaltou que a iniciativa é necessária para o andamento de outras frentes da modernização do setor elétrico, trazendo métricas robustas e definição dos parâmetros associados às métricas que serão objeto de portaria do Ministério de Minas e Energia.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de resolução e concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Após os debates sobre a proposta, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

3 – ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, informou que foi encaminhada previamente para apreciação dos Conselheiros, a minuta da Memória da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2019, e como não houve nenhuma manifestação dos Conselheiros, considera-se aprovada a Memória por unanimidade.

Apresentou e fez a leitura da Resolução CNPE nº 26, de 13 de novembro de 2019, que prorroga o prazo para a conclusão das atividades do Comitê instituído pela Resolução nº 18, de 29 de agosto de 2019, expedida pelo Presidente do CNPE, com base no artigo 18 do Regimento Interno.

Na sequência, apresentou o balanço das Resoluções aprovadas pelo Conselho e publicadas no ano de 2019, destacando que as reuniões realizadas foram determinantes para aprovação de medidas que destravaram o planejamento do governo e proporcionaram atração de investimento, geração de emprego e renda no País. Ressaltou que ao todo, foram realizadas 9 (nove) reuniões, sendo 8 (oito) extraordinárias e 1 (uma) ordinária, com a edição de 29 (vinte e nove) resoluções com aprovação de medidas determinantes para o setor de petróleo e gás, demonstrando assim, o intenso e profícuo trabalho realizado pelo Conselho no ano em curso.

Informou ainda, que foi distribuído aos Conselheiros um Caderno contendo os seguintes Relatórios das Atividades Desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalhos do CNPE, no ano de 2019: - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP (Portaria MME nº 282, de 2019); - Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico – CIM. (Portaria MME nº 403, de 2019); - Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética – CGIEE (Decreto nº 9.864, de 2019); - Comitê da Política Nacional de Biocombustíveis – Comitê RenovaBio e CRBIO (Decreto nº 9.888, de 2019); - Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural – CMGN (Decreto nº 9.934, de 2019); - Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis - CT-CB (Decreto nº 9.928, de 2019); - Comitê de Avaliação do Abastecimento de Combustíveis Aquaviários, de natureza executiva (Resolução nº 18, de 2019); e - Relatório dos estudos que estabeleceram as diretrizes para a promoção da livre concorrência no abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis no País (Resolução nº 12, de 2019).

4 – MATÉRIAS PARA APRESENTAÇÃO

O Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra à Secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG, Renata Beckert Isfer, que apresentou o Relatório sobre o Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis.

Iniciou a apresentação informando que no horizonte decenal, o Brasil consolida sua posição de exportador líquido de petróleo e a capacidade de produção de etanol anidro supera a demanda projetada para o período. Além disso, por meio de resoluções normativas, a ANP determina a produtores e distribuidores a constituição de estoques de operação de combustíveis, que contribuem para a regularidade do abastecimento no País.

Segundo a Secretária, as análises de risco realizadas apontam baixo risco de interrupção no abastecimento de petróleo e de combustíveis, ressaltando que não é necessária a formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol carburante.

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra à Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Fátima Dadald Pereira, que apresentou as “Atividades Desenvolvidas em 2019 e Perspectivas”.

Iniciou a apresentação informando sobre a retomada do projeto de viabilização da Usina Nuclear Angra 3, destacando que em outubro de 2018, o CNPE aprovou o preço de referência para a sua retomada e determinou que o Ministério de Minas e Energia propusesse ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, a instalação de um comitê de governança, com a finalidade de acompanhar a viabilidade e a estruturação do modelo de retomada do projeto.

Informou que em julho de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.915, que qualificou o empreendimento Angra 3 no PPI, bem como instituiu o Comitê Interministerial com a participação dos Ministérios de Minas e Energia; Economia; Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos. Destacou que foi contratado, por meio da Eletronuclear, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a realização dos estudos da retomada do projeto, com previsão de entrega para dezembro de 2019.

Segundo a Secretária-Executiva, a retomada do projeto é de suma importância, pois afeta diretamente a Eletrobras e o processo de capitalização, bem como bancos credores – BNDES e Caixa Econômica Federal – CEF e Tesouro Nacional.

Em seguida, a Secretária-Executiva informou que a Modernização do Setor Elétrico, foi motivada pela necessidade de atualização da Lei nº 10.848, de 2004, que reconstruiu as bases do planejamento de longo prazo, fazendo com que as distribuidoras contratassem energia com 5 (cinco) anos de antecedência.

Ressaltou que o processo de Modernização do Setor Elétrico tem por finalidade zelar pela sustentabilidade da expansão com a adequada abertura de mercado e alocação eficiente de custos e riscos, propiciando um preço competitivo para o consumidor de energia elétrica, com a contemplação de forma adequada e integrada ao dispositivo legal das transformações tecnológicas, ocorridas nesses quinze anos da edição da lei em vigor.

O Secretário-Executivo do CNPE, dando continuidade as apresentações, passou a palavra ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Reive Barros dos Santos, que apresentou as “Atividades Desenvolvidas em 2019 e Perspectivas”.

O Secretário iniciou a apresentação dando destaque aos leilões de geração e transmissão programados para o ano de 2019. Informou que os leilões de energia foram realizados ao longo do ano em curso e tiveram investimentos previstos de R\$ 14 bilhões, com a expectativa de geração de 89 (oitenta e nove) mil empregos e aquisição de 1.544MWm de energia contratada em 19 (dezenove) empreendimentos, restando, para o próximo dia 19 de dezembro, a realização do leilão de transmissão com previsão de R\$ 4,2 bilhões de investimentos e aquisição de 7.800 MVA em subestações, com 2.467 Km de linha e expectativa de gerar 27 (vinte e sete) mil empregos.

O Secretário ressaltou, ainda, o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE e o Plano Nacional de Energia – PNE2050, enfatizando a importância dos documentos para o setor energético. Finalizou informando que os estudos de planejamento indicam a expectativa de investimento de R\$ 1,9 trilhão em petróleo, gás e biocombustíveis, até o ano de 2029, e de R\$ 456 bilhões em geração e transmissão de energia elétrica.

O Secretário-Executivo do CNPE, dando continuidade as apresentações, passou a palavra ao Chefe de Gabinete do Secretário de Energia Elétrica, Guater Carvalho Mendes, que apresentou as “Atividades Desenvolvidas em 2019 e Perspectivas”.

O Chefe de Gabinete informou que as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN são melhores que as do ano de 2018. Ressaltou que foram feitas simulações, considerando o maior crescimento do Produto Interno Bruto – PIB de 2,6% para 3,6%, com previsão de um aumento de 0,6% na taxa média de crescimento da carga para o horizonte 2019 a 2023, permanecendo atendido o critério de segurança de suprimento.

Finalizando, informou que a capacidade instalada de geração é de 170 GW (Previsão para dez/2019) e a expansão média anual prevista para o período de 2019 a 2025 é de 4.218 MW, podendo ser ampliada conforme a necessidade do mercado.

Dando prosseguimento às apresentações, o Secretário-Executivo do CNPE, passou a palavra à Secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG, Renata Beckert Isfer, que apresentou as “Atividades Desenvolvidas em 2019 e Perspectivas”.

A Secretária iniciou a apresentação, ressaltando a importância do CNPE na questão da exploração e produção de petróleo e gás natural, onde foram aprovadas 16 (dezesesseis) resoluções que viabilizaram 4 (quatro) leilões, com arrecadação de R\$ 83,9 bilhões, e estimativa de R\$ 1,8 bilhões em investimentos até 2029, conforme o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE. Enfatizou, ainda, que já estão programados/aprovados 4 (quatro) leilões para os próximos anos.

No campo dos combustíveis e derivados de petróleo, a Secretária informou que o desafio para o ano de 2020 é o Novo Cenário de Downstream, em face da sua regulamentação, tendo em vista a abertura do mercado de combustíveis. Informou ainda, que o fim da diferenciação de preços do gás de cozinha trará novos investimentos e preços competitivos para o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Finalizando, a Secretária informou que no setor do Gás Natural o destaque foi o lançamento do Novo Mercado de Gás, por meio do Decreto nº 9.934, de 2019, e a publicidade dos contratos de compra e venda de gás natural pela Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis – ANP. Destacou, no campo dos Biocombustíveis, que em janeiro de 2020 entra em vigor o RenovaBio, com investimentos previstos para o período de 2020 a 2029, de R\$ 1,2 trilhão, para toda a cadeia produtiva.

Dando continuidade aos assuntos da Pauta, o Secretário-Executivo do CNPE, em conformidade com o disposto no art. 6º do Decreto nº 3.520, de 2000, propôs aos membros do Conselho a agenda básica dos trabalhos para o ano de 2020. O Colegiado aprovou a agenda, com indicação de uma reunião ordinária para o dia 10 de dezembro de 2020.

Na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE concedeu a palavra ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, que parabenizou o Conselho pelo trabalho realizado, sob a coordenação do Ministro Bento Albuquerque, ressaltando que o ano foi de extraordinárias conquistas para a transformação do País.

O Presidente do CNPE agradeceu as palavras do Ministro Paulo Guedes, destacando a performance do Colegiado na deliberação dos temas de grande relevância para o País, deixando, também, o seu agradecimento a todos os presentes e equipes envolvidas nos trabalhos. Por último, desejou-lhes feliz natal e um excelente ano de 2020.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro do agradecimento a todos os presentes.